"leia-se:"

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA (SEDEME)							
CÓDIGO DE RECEITA	DESCREIÇÃO						
1394	PARCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA / SEDEME						
1395	PARCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA EXECUTADO / SEDEME						
1396	MULTA MORATORIA DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA / SEDEME						
1397	JUROS DE MORA DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA / SEDEME						
1398	CORREÇÃO MONETARIA DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA / SEDEME						

"onde se lê:"

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (SEMAS)								
CÓDIGO DE RECEITA	DESCREIÇÃO							
"								
5320	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA / SEMAS							
5333	PARCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA / SEMAS							
5334	DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA SEMAS EXECUTADA							
5340	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA SEMAS EXECUTADA							
	"							

"leia-se:"

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (SEMAS)								
CÓDIGO DE RECEITA	DE RECEITA DESCREIÇÃO							
"								
5320	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA / SEMAS							
5326	PARCELAMENTO DA DIV.ATIVA.TRIB.DA TFRH / EXECUTADO							
5333	PARCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA / SEMAS							
5334	DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA SEMAS EXECUTADA							
5335	PARCELAMENTO DE TFRH							
5340	5340 DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA SEMAS EXECUTADA							
	"							

Protocolo: 580815

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 552, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no desempenho das atribuições que lhe são conferidas.

Considerando as disposições do § 3º do art. 165 da Constituição Federal; as disposições do § 6º do art. 204 da Constituição Estadual; as disposições estabelecidas nos artigos 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; da Resolução nº 17.659, de 10 de março de 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Pará; e da Portaria STN nº 286, de 07 de maio de 2019 que aprova a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o Demonstrativo da Receita Corrente Liquida do Governo do Estado do Pará, realizada e registrada no SIAFEM pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, relativa ao 4º bimestre de 2020 (julho / agosto).

Art. 2º A Receita Corrente Liquida apurada servirá de base de cálculo para os Poderes e Órgãos da administração pública estadual, na divulgação dos relatórios exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais informações

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

.......

					GO\	/ERNO DO ESTADO D	O PARÁ							
					RELATÓRIO RE	SUMIDO DA EXECUÇ	ÃO ORÇAMENTÁRIA							
					DEMONSTRA	TIVO DA RECEITA CO	RRENTE LÍQUIDA							
					ORÇAMENTO	OS FISCAL E DA SEGU	RIDADE SOCIAL							
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020														
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)									Valor	es em R\$				
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										TOTAL (ÚLTIMOS	PREVISÃO ATUALIZA		
	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	12 MESES)	DA 2020
RECEITAS CORRENTES (I)	2.274.916.125,40	2.537.211.247,97	2.452.826.575,66	3.319.316.158,81	2.899.396.029,31	2.491.223.268,22	2.176.108.017,71	2.168.997.759,34	2.468.438.895,84	2.674.791.980,41	3.054.541.456,41	3.014.156.656,54	31.531.924.171,62	29.136.392.209,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.349.787.556.85	1.359.924.030.50	1.412.086.108.11	1,475,314,890,69	1.424.531.958.88	1.283.702.523.00	1.232.380.609.85	1.188.568.600.27	1.097.134.788.17	1,261,954,985,52	1.513.752.944.36	1.577.501.496.77	16.176.640.492.97	15.778.881.347.00
ICMS	1.069.704.933,40	1.080.281.036,67	1.156.855.944,75	1.128.276.256,67	1.171.568.110,07	1.058.968.992,36	957.879.763,15	974.159.882,06	830.000.568,41	958.004.104,23	1.189.050.856,56	1.272.934.136,76	12.847.684.585,09	12.407.932.647,00
IPVA	59.151.677,22	52.519.245,84	40.341.137,07	30.452.662,71	42.967.367,45	38.480.552,02	56.645.491,82	37.320.778,03	50.317.513,95	82.377.976,11	84.642.046,73	72.700.610,67	647.917.059,62	682.100.352,00
ITCD	2,589,253,79	3.029.456.73	3,439,409,20	5.283.807.79	1.746.077.78	2.641.738.99	1,978,463,15	1,527,455,27	1.981.966.22	1.831.316.31	2,495,275,87	3.922.425.58	32,466,646,68	44.571.814.00
IRRF	107.946.477.42	114.458.034.83	109.872.682.00	216.345.374.93	113.354.562.22	96.340.730.56	113.275.284.41	97.871.766.46	135.828.698.04	110.745.056.06	116.540.561,97	109.386.132.04	1.441.965.360.94	1,329,171,871,00
Outros Impostos. Taxas e Contribuições de Melhoria	110.395.215,02	109.636.256,43	101.576.935,09	94.956.788,59	94.895.841,36	87.270.509.07	102.601.607,32	77.688.718,45	79.006.041,55	108.996.532,81	121.024.203,23	118.558.191,72	1,206,606,840,64	1.315.104.663,00
Contribuições	67.953.946,66	69.918.453,26	64.259.932,31	98.670.300,48	62.869.995,15	60.378.298.04	62,652,800,08	84,505,654,11	86.363.029.09	84.333.070,62	84.019.760,04	84.999.735,43	910.924.975.27	661.829.653,00
Receita Patrimonial	91.029.465.02	98.299.260.15	27.895.973.51	131.790.145.72	42.450.357.24	(24.383.619.18)	49.521.350.34	96.753.735.47	224.207.452.40	109.876.872.46	111.153.545.31	10.750.163.79	969.344.702.23	1,221,951,384,88
Rendimentos de Aplicação Financeira	89.843.820.33	94.891.876.02	7.225.978.52	108.869.453.58	40.462.459.09	(27.763.479.61)	47,466,341,46	96.164.133.31	108.772.855.17	108.930.792.77	109.685.106.94	9.330.378.87	793.879.716.45	958.401.196.93
Outras Receitas Patrimoniais	1,185,644,69	3.407.384,13	20.669.994,99	22.920.692,14	1.987.898.15	3.379.860.43	2.055.008.88	589.602.16	115.434.597,23	946.079,69	1,468,438,37	1,419,784,92	175.464.985,78	263.550.187,95
Receita Agropecuária	6.828.85	7,300.62	10.329.74	17.675,02		4.617.92	6.781.17		2,544,72	165.00	2		56,243,04	2.583.799,00
Receita Industrial	1,181,780,31	1.106.353.21	924,487,40	1.519.436.41	922,450,08	490.297.11	1.094.721.53	889.078.15	412,982,21	863,679,59	1.168.568.52	420.436.74	10.994.271.26	10.089.798.00
Receita Servicos	72,203,204,43	77.613.505.62	73,360,756,98	116.184.828.16	43.691.917.81	71.364.622.28	72.187.226.39	70.178.974.44	100.697.470.67	45.920.837.54	100.381.790.21	44.478.220.24	888.263.354.77	1.069.817.342.00
Transferências Correntes	679.345.590.45	738,598,656,40	864.170.168.88	1.456.679.568.39	1.136.218.047.21	1.092,499,042,92	750.823.700.20	723,724,512,10	824.896.895.70		1.243.980.597.89	1.287.164.223.00	11.945.936.169.14	10.059.187.913.96
Cota-Parte do FPE	417.948.729.27	380.636.407.36	520.705.858,24	625.395.921,18	521,277,649,47	755.392.959.29	440.462.826.77	431.838.791.83	451,280,819,06	367.152.287,50	376.895.637,91	402.115.996,33	5.691.103.884,21	6.017.470.841,00
Transferências da L.C. 87/1996	12/15/10/12/5/	50010501107/50	52017 051050/21	02010701722720	SEZIE//1015/11	70010321303123	11011021020/11	15210501152 05	10212001025/00	50/1252120/150	57510351037/32	10212231330 33	-	0.02711701012700
Transferências da L.C.61/1989	26,259,824,39	28.075.575.33	34.947.829.97	34.655.051.06	24.387.929.80	26.381.502.52	24.346.289.19	21.848.780.42	21.784.608.98	19.590.719.37	23.533.912.93	27.217.355.98	313.029.379.94	418,590,568,00
Transferências do FUNDEB	179.783.383.41	176,295,423,27	196.293.821.27	269.643.991.34	367.539.523.01	232.283.603.28	168.872.747.02	94,744,507,53	177.613.279.65	175.701.940.92	185.736.083.66	198.542.449.39	2.423.050.753.75	2.363.741.976.00
Outras Transferências Correntes	55,353,653,38	153,591,250,44	112.222.659.40	526,984,604,81	223.012.944.93	78,440,977,83	117.141.837.22	175,292,432,32	174.218.188.01	585,390,218,21	657.814.963.39	659,288,421,30	3.518.752.151.24	1,259,384,528,96
Outras Receitas Correntes	13.407.752.83	191.743.688.21	10.118.818,73	39.139.313,94	188.711.302.94	7.167.486.13	7.440.828.15	4,377,204,80	134,723,732,88	24.007.203.68	84,250,08	8.842.380.57	629.763.962.94	332,050,972,00
DEDUÇÕES (II)	698.512.699.24	702.139.376.71	287.719.774.12	468.294.301,55	664.622.773.64	659.504.296.97	586,291,273,62	593.955.276.24	544.943.699,34	596.322.636.52	695.343.570,99	726.261.487.15	7.223.911.166.09	7.263.363.134.03
Transf Constitucionais e Legais	302,296,398,27	307.776.630.74	312,990,132,05	308.889.150.45	321.288.833,88	289.809.997.84	274.703.877.33	270.258.395.76	236.558.120.92	285.554.769.69	347.338.182.05	359.544.441.78	3.617.008.930.76	3.407.885.090.03
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência ¹	143.088.563.61	150.806.987.17	(317.746.325.80)	(180.954.742,21)	60.891.666.52	58.399.969.41	60.721.498.36	83.971.952,51	84.685.166.20	82,523,553,91	81.749.097.78	82.866.979.00	391.004.366.46	649.309.925.00
Compensação Financ, entre Regimes Previd.	122,973,10	122,973,10	245.946.20	122,973,10	127.907.61	5015551505712	127,898,92	256.080.92	128.040.46	126,911.07	127.401.24	126.088.78	1,635,194,50	1,571,070,00
Deducão de Rec p/ Form do FUNDEB	253.004.764.26	243,432,785,70	292.230.021.67	340.236.920.21	282.314.365.63	311.294.329.72	250.737.999.01	239,468,847.05	223.572.371.76	228.117.401.85	266.128.889.92	283.723.977.59	3.214.262.674.37	3.204.597.049.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	1.576.403.426.16	1.835.071.871.26	2.165.106.801,54	2.851.021.857,26	2.234.773.255.67	1.831.718.971.25	1,589,816,744,09	1.575.042.483,10	1.923.495.196,50	2.078.469.343,89	2.359.197.885,42	2.287.895.169,39	24,308,013,005,53	21.873.029.075,81
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas			2.103.100.001,31		2.231.773.233,07	1.001.710.571,25	1.303.010.711,03		,		2.333.137.003,12	2.201.033.103,33		21.0/3.023.0/3/01
individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)2	200.000,00	3.000.000,00		2.970.774,00				16.800.000,00	4.200.000,00	750.000,00			27.920.774,00	
RECEITA CORRENTE LÍOUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LI-														
MITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.576.203.426,16	1.832.071.871,26	2.165.106.801,54	2.848.051.083,26	2.234.773.255,67	1.831.718.971,25	1.589.816.744,09	1.558.242.483,10	1.919.295.196,50	2.077.719.343,89	2.359.197.885,42	2.287.895.169,39	24.280.092.231,53	21.873.029.075,81
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de														
bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) ²												209.911.805,00	209.911.805,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LI-														
MITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	1.576.203.426,16	1.832.071.871,26	2.165.106.801,54	2.848.051.083,26	2.234.773.255,67	1.831.718.971,25	1.589.816.744,09	1.558.242.483,10	1.919.295.196,50	2.077.719.343,89	2.359.197.885,42	2.077.983.364,39	24.070.180.426,53	21.873.029.075,81
FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, D.	ata do emissão 16/Co	amhro/2020 a Hora do	amiccăn 11-13 hc											-
¹ Aiuste realizado nos meses de novembro e dezembro de 2019 en														
*Ajuste realizado nos meses de novembro e dezembro de 2019 en 2 Informação disponível no Portal do Tesouro Nacional na internet,				iciniae/transforanciae a	actador a municipion/h	andoronoiae constituei	onaic o logaic na cas	ão "7 - Emondos Davis	montaros Individuais o	do Bancada" nos tónis	nc "Domonotestivo vols	tion in Emandar Davis	nontaros Individuais" o "	"Domonstrativo rolativo à
	, iia payiiia iittps://ww	rw.gov.ur/tesourofiaciof	iai/hr-ni/esranns-6-llini	iirihina\ n qiizisisisii(192-9-	estanos-e-municipios/0	ansielends-mistilan	unais-e-leyais, na opç	au 7 - Ellielluds Pdfldl	mendres municidals e	ue paricada ilos topio	us Delliulistiqtiv0 feld	uvo as Elliciluds Pallal	iciral es Tilnivinnes 6	DELINOISCIACIVO FEIGÜIVO AS
Emendas Parlamentares de Bancada".														

Termo de Rescisão Amigável

Contrato: 036/2019/SEFA Data da Extinção: 16/09/2020

Justificativa: RESCINDIR o Contrato nº 036/2019/SEFA, com fundamento nas regras estipuladas no Contrato de Empréstimo e de Garantia nº 4459/OC - BR, celebrado no dia 19/02/2019, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a República Federativa do Brasil, para financiamento do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do estado do Pará - PROFISCO II, de acordo com o Processo Administrativo nº 222020730000052-0 e MANI-FESTAÇÃO JURÍDICA Nº 376/2020/CONJUR/SEFA.

Contratado: MANOEL DE MORAES NUNES, CPF sob o nº 109.048.912-91, residente e domiciliado à Av. Rodolfo Chermont, 632, Ed. Iguaba, apto 201,

Bairro Marambaia, CEP.66615-170, Belém-PA.

Ordenador em exercício: ANÍDIO MOUTINHO DA CONCEIÇÃO

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF

ACÓRDÃOS PRIMEIRA CÂMARA

ACÓRDÃO N. 7539 - 1ª CPJ. RECURSO N. 18061 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 032017510020192-8). CONSELHEIRO RELATOR: HÉLDER BOTELHO FRANCÊS. EMENTA: ICMS - Auto de Infração. 1. Embaraçar a ação fiscalizadora na atividade de auditoria fiscal-contábil, deixando de apresentar, no prazo legal, os documentos solicitados no Termo de Início de Fiscalização originado de Ordem de Serviço, constitui infração sujeita à penalidade. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 26/08/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 26/08/2020.

Protocolo: 580861

Protocolo: 580538